

EDITORIAL

Tempos de perplexidade, estes. Uma grave e extensa crise de diversas dimensões e sentidos atinge a humanidade em geral e provoca severos impactos sobre a educação e, conseqüentemente, sobre os processos de civilização. Desgovernada e sem rumos claros, as lideranças mundiais, políticas e intelectuais, não oferecem, com razoabilidade, nenhuma senha de futuros virtuosos. O presente está embaçado por uma profunda crise de sentidos e o futuro se indefine em temores e incertezas. Em tempos sombrios, a grande vítima é a democracia. Quando a democracia se ausenta, corroem-se as suas principais fundações: a liberdade e a justiça. Constrangem-se valores e direitos essenciais, como a educação e a saúde. Na crise do humanismo, quem mais sofre é o povo que trabalha e embala sonhos de um futuro mais civilizado, de uma pátria mais culta e mais justa, de uma vida mais digna e saudável.

O regime da economia utilitarista e de curto prazo não dá conta de entender e atender as dimensões humanas mais complexas e duradouras e tampouco as mudanças culturais que se movem nas relações sociais. Medidas imediatistas barram as visões de amplo espectro e de longo alcance. Destroem as perspectivas históricas e os projetos de construção de futuros mais virtuosos. A economia sem compromisso com os processos e projetos civilizatórios de larga visão busca resolver problemas imediatos e acaba criando obstáculos à construção de horizontes abertos e dinamizadores da emancipação humana. As restrições à liberdade energizam a barbárie e dão marcha à ré nos processos de civilização, ainda que, reconhecidamente, esses tenham sido sempre incertos e cambaleantes nos percursos humanos.

No vácuo da nau insensata do mundo, o Brasil se desgoverna no nevoeiro da anomia ético-moral, no desmanche das estruturas públicas de interesse social e no aparelhamento neoliberal das diretrizes econômicas e financeiras. Os constrangimentos orçamentários que se prenunciam sobre a educação e a saúde são uma bomba relógio que logo vai explodir vitimando, em primeiro lugar, os mais necessitados. O obscurantismo reinante manda às favas os escrupulos. A desfaçatez é tamanha que um parlamentar cúmplice do desmanche

da educação pública chega a declarar que pobre não precisa de universidade. Pobres (negros e todos os demais socialmente injustiçados) não ousem abalar os pilares da Casa-Grande – esse é o subtexto cada vez mais claro e emergente. As disciplinas de humanidades são renegadas à segunda classe. As críticas e manifestações contrárias são condenadas pelos que detêm o poder. A formação de cidadãos críticos e reflexivos passa a ser tratada como nefanda. Que pensar da depreciação da filosofia, da sociologia, das artes, da educação física, da música? Qual o valor das Humanidades se o que prevalece é o mundo do mercado e não o humano? A missão da educação seria transformar os seres humanos em ferramentas utilizáveis? Certamente, a desqualificação das humanidades nos âmbitos escolares produzirá gerações de estudantes com escassas capacidades de elaboração de leituras críticas da realidade, e isso será um duro golpe nas aspirações já bastante combalidas de desenvolvimento civilizatório.

O coração da democracia, valor supremo da educação, é a liberdade. Sem ela, é o risco da barbárie, é o regime de exceção. Daí serem extremamente repugnantes quaisquer medidas autoritárias que venham a limitar a liberdade da palavra e da ação. Isso vale para toda a população. De modo especial, mas não exclusivo, a liberdade é um valor fundamental para a comunidade educativa. São deletérias a vitimização da política e a mordaza imposta àqueles que, mediante a formação de cidadãos, lutam pela construção da democracia e pela preservação dos direitos fundamentais da emancipação humana. Sem liberdade, sem diálogo e sem boas estruturas de educação, pesquisa e saúde e demais direitos essenciais nenhum país teve ou terá qualquer chance de se engrandecer e de se fazer respeitar. Sem educação pública em quantidade e qualidade correspondentes aos direitos essenciais de todos não há cidadania robusta e nem perspectiva de construção de uma pátria e de uma nação soberana. Os cortes de investimento público e os constrangimentos à liberdade da palavra e da ação produzem forte abalo nas esperanças e nos projetos de emancipação pessoal e de afirmação nacional, num mundo intensamente problemático do ponto de vista dos valores humanos e de alta competitividade política e econômica. A economia deve submeter-se à política e à ética, e não o contrário. E o centro da política é o povo; são as pessoas concretas com seus projetos e necessidades reais que precisam ser atendidas e ouvidas.

Que os deuses do mercado e seus fieis seguidores não nos amaldiçoem em razão de não aceitarmos que a universidade se transforme em empresa

do conhecimento e se renda ao sistema dos interesses privados. É imperativo reiterar o que jamais deveria ser esquecido: a universidade é uma instituição da sociedade, existe pela sociedade e para a sociedade. É bem público e tudo o que é público é essencial para a humanidade e deve apresentar boa qualidade para todos. O Estado é a autoridade pública a prover e assegurar todas as condições necessárias para o exercício da qualidade social e científica acordadas com valores públicos. Nesse contexto e tendo em vista as demandas da cidadania é que cabe ao Estado exercer sua autoridade de avaliar o desempenho das instituições. Mas as avaliações só têm legitimidade num regime de liberdade e respeito aos direitos humanos fundamentais.

Obviamente, muitos não concordarão com algumas ou muitas ideias expostas acima, que são de responsabilidade exclusiva deste editor. Divergências e contradições são essenciais em nosso ofício político-intelectual. Assim é a democracia. O respeito à diversidade e ao contraditório é constitutivo do *ethos* da universidade. Se não exercemos nosso direito de falar, não nos salvamos, pois não exercitamos a liberdade e abrimos mão do direito de sermos livres. E se nos calamos, quem falará por nós?

Nesta edição (73^a), estamos publicando quinze textos: estudos, análises, reflexões, críticas, teorias, investigações sobre diferentes assuntos. São textos sobre temas atuais relevantes da agenda universitária: internacionalização, formação pedagógica, filosofia da educação e da tecnologia educacional, Prouni, autoavaliação institucional, avaliação por pares, acreditação de instituições, profissão acadêmica, pós-graduação, setor educacional do Mercosul, fraude em avaliações, Sinaes, pressupostos pedagógicos das propostas de formação superior em saúde etc. Esperamos que os textos atendam às expectativas dos leitores e cumpram bem os propósitos de dinamizar e aprofundar os conhecimentos e os debates no campo da educação superior que animam esta revista.

Estendemos à equipe técnica e a todos os leitores, colaboradores, pareceristas e autores nossos profundos agradecimentos pela sua dedicação à revista *Avaliação*. A todos desejamos muitas felicidades e boas realizações. Que 2017 seja melhor que 2016.

Novembro de 2016

José Dias Sobrinho - editor